

Antropologia e descolonização do ensino: reflexões a partir da UNILAB, CE

**Jacqueline Britto Pólvora
(Unilab)**

Começo agradecendo o convite e a oportunidade para dialogar com as/os colegas neste seminário e poder conversar sobre este tema tão espinhoso que é a descolonização do ensino de Antropologia.

Ao receber tal convite, e pensar na pergunta que nos foi proposta — como descolonizar o ensino de Antropologia na graduação? — e como tenho pouca certeza para esta e tantas outras respostas, eu só sei o que posso fazer junto aos alunos e para estes cursos específicos nos quais ministro aulas e no público que tenho. Para mim, são tentativas com acertos e erros. Espero, então, que, com a proposta para este encontro, consigamos avançar com este dilema nada fácil e para que possamos acertar mais e errar menos.

Vou começar dizendo de onde venho e introduzindo a universidade onde trabalho de modo a situá-la no mapa das universidades federais, para quem não a conhece. A seguir, e como tentativa de responder à questão proposta, farei minhas reflexões a partir da antropologia urbana, área de estudos onde me situo.

A Unilab é uma das universidades resultado do REUNI¹ — Programa de Reestruturação e Expansão de universidades, Programa que foi de 2003 até 2012 e que criou várias universidades públicas e interiorizadas e nos casos da Unilab e da Unila, internacionalizadas.² A Unila recebe estudan-

1 Reestruturação e expansão das universidades federais. <https://reuni.mec.gov.br/>

2 <https://unilab.edu.br/> e <https://portal.unila.edu.br/>

tes brasileiros e da América Latina, e nós da Unilab recebemos estudantes brasileiros e do continente africano de países de língua oficial portuguesa, incluindo o Timor Leste. Daí a palavra “lusofonia” no nome da instituição. A Unilab tem quatro *campi*: três no Ceará (onde está também a sede da reitoria), nas cidades de Redenção e Acarape, e um *campus* na Bahia, na cidade de São Francisco do Conde. Além de estudantes internacionais do continente africano de língua portuguesa, a Unilab também tem se consolidado como uma universidade procurada por um número significativo de estudantes indígenas de diferentes etnias do CE, além de quilombolas, oriundos de diferentes regiões do Estado. A universidade tinha também um edital de ações afirmativas específicas para pessoas trans, o qual foi cancelado logo após o lançamento pelo governo que terminou em dezembro de 2022. De todas as formas, a Unilab abriga uma diversidade de nações e de identidades marcadas por sua pluralidade e onde somos desafiados a pensar quando atuamos em nosso dia a dia de sala de aula.

Na Unilab no Ceará, eu sou professora em dois cursos: o bacharelado interdisciplinar em Humanidades (BHU) e no bacharelado em Antropologia. Esses cursos funcionam combinados em dois ciclos: o primeiro, que é o bacharelado em Humanidades, em três anos. No segundo ciclo, estudantes podem optar por uma das chamadas “terminalidades” por mais três anos (ou quatro, se entram sem passar pelo BHU), que são: Sociologia, História, Pedagogia ou Antropologia. O projeto pedagógico do bacharelado em Antropologia é composto das disciplinas de teorias antropológicas (clássicas), além de disciplinas cujas temáticas estão também relacionadas a áreas de conhecimento e atuação da Antropologia, aqui e lá do outro lado do Atlântico (por exemplo, Feminismos Africanos, Negros, e Contra-hegemônicos; Patrimônio Cultural; Teoria da Diáspora; Estudos de África Pré-Colonial, Colonial e Pós-Colonial; Antropologia Urbana; Movimentos Sociais e Direitos Humanos; Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política etc). Ou seja, temáticas relacionadas “ao meio ambiente, desenvolvimento humano, economia solidária, saúde coletiva, identificação e fortalecimento das tradições, do patrimônio cultural

material e imaterial e saberes tradicionais” (UNILAB, 2022, p. 6). Eu não tenho a estatística de autores dos eixos norte e sul estudados nas disciplinas, mas identifico, de antemão, que, pelo menos nas teorias antropológicas, inevitavelmente, são lidos autores europeus (mas não apenas estes, eu ressalto), seguindo a conhecida tradição de combinar uma História da Antropologia juntamente com as teorias antropológicas. Sublinho novamente que não são apenas autores europeus os que são ministrados nestas disciplinas, mas sim uma combinação entre autores que fazem uma leitura decolonial das teorias.

A leitura que faço aqui do PPC do bacharelado em Antropologia é minha e, portanto, faço a ressalva de que não falo por meus colegas nem muito menos pela liberdade e autonomia que se tem em sala de aula. Entendo que cada um de nós faz o que pode neste trabalho, que é enorme e é realizado no dia a dia, aula após aula, intervalo após intervalo. Falo também como participante que fui da criação do bacharelado em Antropologia. Desta forma, eu entendo que o bacharelado em Antropologia da Unilab é um curso cujo Projeto Pedagógico (PPC) se esforça para apresentar um debate que privilegia uma gama de autores brasileiros/as, africanos, mas, sobretudo, autores/as negros e negras do Brasil, da África e da diáspora, ou ainda, conforme um dos eixos do Projeto Pedagógico, o PPC segue: “[u]ma formação teórica que trate da realidade brasileira, africana, timorense e da diáspora em geral, a partir das perspectivas afrocêntricas, pós-coloniais e plurais, que enfatizem os saberes locais, e os ditos subalternos e periféricos” (UNILAB, 2022, p. 7).

Assim, “[um] debate intelectual do ponto de vista afrocêntrico e da diáspora é entendido aqui enquanto uma realidade múltipla de situações sociais, culturais e políticas enfrentadas pela população africana e afrodescendente pelo mundo, portanto, é um pensamento que surge inspirado em vários lugares e atinge muitas direções” (UNLAB, 2022, p. 19).

O PPC continua: “[é] esta a pluralidade de identidades afrodescendentes presentes pelo mundo, e no Ceará em particular, que a ênfase das teorias diaspóricas deste Bacharelado quer abarcar” (UNILAB, 2022, p. 19).

É à presença de alunos do continente africano e do interior do Ceará que o bacharelado em Antropologia tenta responder.

Na prática, nem tudo sai tão bem organizado — ou ainda, apesar do ideal de debate que o projeto do curso pretende alcançar, na prática, sofre com dificuldades de diferentes ordens. Eu vou citar apenas duas: talvez a primeira dificuldade é o fato de que temos um bacharelado em Antropologia, e não uma licenciatura (formação inexistente no Brasil para a Antropologia). A formação e o título nos países do continente africano de língua portuguesa é o de licenciado em alguma coisa, não importando se a gente vai ou não dar aulas. Então, esta talvez seja a nossa primeira dificuldade com o público do continente africano: o fato de que temos baixa procura por conta de ser um título que eles não sabem muito bem o que fazer com ele. Alguns podem pensar que este foi um erro já na criação do curso, mas nós não consideramos assim. Consideramos, ao contrário, que nossos alunos nacionais e internacionais têm o direito de ter uma formação na Antropologia e que portem, carreguem com eles as valiosas ferramentas de nossa disciplina, no campo em que decidirem levar (seja em Direitos Humanos, Movimentos Sociais, na Política, no Patrimônio, na Antropologia Urbana ou em tantas outras áreas). Ao defender a existência de nosso bacharelado em Antropologia, também fui inspirada por Du Bois (1999) e a sua discussão “[s]obre o Sr. Booker T. Washington” (capítulo III) e, na mesma obra, em sua própria discussão no capítulo VI,³ quando defende a formação no ensino superior (para a população negra), ao invés de apenas uma formação técnica e profissionalizante. Para Du Bois, estava em jogo não apenas a importância de formar médicos, juristas, professores, filósofos (eu diria, e antropólogos) negros, mas sobretudo um empreendimento (universitário) que contribuísse para a cidadania e a igualdade entre os seres humanos negros e brancos.

Igualmente importante para este webinar é o fato de que muitos de nossos estudantes, sobretudo os internacionais, mencionam para nós

³ Cap. VI, “Sobre a instrução dos negros” (p. 143–162).

professoras/es o reconhecimento da Antropologia enquanto uma disciplina que serviu ao colonialismo. Alguns de nós professoras/es temos realizado um esforço bastante grande, ao ministrarmos nossas disciplinas para o curso que antecede o nosso, o BHU, para atrairmos estes estudantes, a partir de nossas abordagens confrontando o colonialismo e suas ideias, identificando a forma como determinados temas foram tratados, confrontando as epistemologias de maneira a conhecê-las, identificá-las, desconstruí-las e revertê-las, quando possível.

Nas disciplinas que eu ministro, eu tenho feito o esforço neste exercício de reflexão sobre o saber antropológico, de maneira a inserir o debate de uma teoria mais “localizada” e próxima aos conhecimentos dos meus estudantes. Vou dar o exemplo a partir da Antropologia Urbana, que é a minha área de pesquisa e também uma das áreas de minha prática docente.

A história inicial da Antropologia Urbana é a história do debate sobre a viabilidade (ou não) do método antropológico na mesma sociedade, ou, na sociedade do “eu”. Ou seja, a Antropologia, esta disciplina que nasce estudando “outras” sociedades, se vê às voltas com a indagação sobre a viabilidade de fazer Antropologia sem o deslocamento físico (e subjetivo que isto acarreta) da mesma forma como o fez Malinowski e seus sucessores, muitos deles empregados pelos governos coloniais. Na Antropologia Urbana brasileira, o debate o deslocamento, sobre o “familiar-exótico” e o “nós, eles – os outros” veio a aparecer para a minha geração lá na década de 70 entre Roberto da Matta (1978) e Gilberto Velho (1978), publicado no livro cujo subtítulo carrega parte do dilema denunciado depois pelas reflexões pós-coloniais: *Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Objetividade, paixão, improviso indicam esta posição de certa forma estranha, em épocas de distância social desejada. Hoje, talvez a Antropologia, que seguramente encara de frente esta já anacrônica posição de distância, está representada nas presenças de nossos estudantes e colegas antropólogas/os indígenas, quilombolas, negros, pessoas trans e travestis e a sua produção de próprias teorias que confrontam as hierarquias

de conhecimento estabelecidas pela história da disciplina e nas instituições de ensino.

Em minhas aulas, eu tento o exercício de identificar e observar na disciplina como as obras clássicas em Antropologia (urbana em especial) operam/operavam através de linguagem (e de teorias) que estabeleciam a separação nítida entre sujeito e objeto e com isso, identificar “(...) os detalhes textuais que serviram aos interesses coloniais e imperialistas ocidentais e que consolidaram a episteme moderna com sua repartição entre o sujeito do conhecimento europeu e o sujeito silenciado colonizado” (Almeida, 2013, p. 11).

Nós tentamos, portanto, ler estas obras enquanto produções antropológicas que pensam a disciplina a partir desta separação clássica. Nos estudos urbanos aqui no Brasil, os “outros” foram durante muito tempo os negros, mestiços, imigrantes e/ou pobres. Ou seja, a Antropologia urbana replicou durante muito tempo a matriz colonial da Antropologia que era o da separação entre sujeito e objeto — a partir dali pensado como um “outro” a ser descoberto e desvendado. Como se sabe, este era um processo discursivo baseado em um pensamento que consolidava representações hierárquicas “advindas de epistemologias hegemônicas do eixo Norte-EUA e Europa” (Almeida, 2013, p. 14) Ao propor a pesquisa no meio urbano para meus alunos, eu chamo a atenção de que vamos estudar as teorias clássicas para compreender como tais conceitos e ferramentas contribuíram (ou não) para a subalternização dos grupos em questão. Ao mesmo tempo, chamo atenção para a possibilidade de trazer para o centro do debate as diferentes formas de conhecimento com os quais os meus alunos se encontram em seus exercícios de campo solicitados por mim. Eu sugiro aos meus alunos que, por exemplo, atentem às proposições, críticas e/ou queixas sobre os problemas que enfrentam as pessoas moradoras, trabalhadoras e transeuntes nas pequenas cidades como Redenção e Acarape; ou ao pensar em suas cidades (ou aldeias) nos seus países de origem, que tenham em conta que as questões levantadas por quem vive nos territórios urbanos (e rurais) são problemas reais para os quais estas pessoas contribuem com seu saber,

identificando-os e refletindo sobre eles. Estas reflexões, experiências e soluções são, na maioria das vezes, ignoradas pelos poderes locais, que não os veem no mesmo patamar do que tais poderes consideram problemas ou soluções. Portanto, eu chamo a atenção que tais opiniões, críticas e soluções são formas de saberes sobre onde estas pessoas vivem, saberes que podem, sim, ser contrapostos aos técnicos ou representantes das burocracias

Assim, o que nos resta, a mim e aos meus alunos, é tentar repensar a vida social (urbana) não a partir das teorias de matriz europeia, mas, sim, após reconhecê-las, reconstruir a teoria da vida cotidiana local a partir do ponto de vista das pessoas que vivem nas cidades. Penso aqui nas senhoras vendedoras ambulantes na cidade de Praia, em Cabo Verde, bem como as senhoras e senhores vendedores das feiras e mercado aqui em Redenção e em Acarape.

Em outras palavras, eu sigo a sugestão do antropólogo caboverdiano radicado no Brasil, quando diz que “nós (do Sul) podemos inventar uma ciência que é pensar com as pessoas do Sul, como pessoas do Sul e não pensar sobre as pessoas do Sul, como se fôssemos do Norte” (Dos Anjos, 2016, p. 28).

Por fim, eu também chamo a atenção que a dinâmica da sala de aula é sempre uma rua com dois sentidos e que o que exponho aqui são tentativas aproximadas de descolonizar e fazer esta Antropologia crítica, além de posicionada no sul. Nem sempre dá certo, nem sempre as duas vias se encontram, como todos nós que estamos em sala de aula bem sabemos. Agradeço a atenção.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Júlia. Perspectivas pós-coloniais em diálogo. In: J. Almeida; A. Miglievich-Ribeiro; H. T. Gomes. *Crítica pós-Colonial. Panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: Edson de O. Nunes. *A aventura sociológica. Objetividade*,

paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DOS ANJOS, José Carlos G. Ciências Sociais e o deslocamento geográfico e epistêmico Sul-Sul. *Série Estudos cabo-verdianos – Mobilidade acadêmica e deslocamentos de perspectivas: Brasil/Cabo Verde*. 2016, p. 19–28.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. *Cidades informais: o caso da cidade de Praia*. V. 49, n. 1. https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.1.12/1499, 2013.

UNILAB. *PPC – Projeto Pedagógico do Curso. Bacharelado em Antropologia*. Acarape, CE, 2022. 115.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Edson de O. Nunes *A aventura sociológica. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978